

Orçamento

LEGISLATIVO

# Lei orçamentária pode aumentar investimentos públicos em 1991

por Marta Salomon  
de Brasília

A garantia de investimentos públicos no ano que vem no montante de 15% da arrecadação de impostos é defendida pelo relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador José Richa (PSDB-PR). A receita proposta pelo relator inclui cortes drásticos nas despesas de pessoal e de custeio do governo.

"Sem mudanças na LDO, o investimento será negativo", avalia o deputado José Serra (PSDB-SP), autor das principais idéias encampadas pelo relator. Serra garante que as mudanças não ameaçam a meta do governo de obter 1% de superávit em suas contas no ano que vem. Para o relator, a meta é "a simples expressão de um desejo elogiável".

"O governo mandou um projeto austero e nós o tornamos mais austero ainda", explicou Serra. A explicação vale para os cortes de 10% propostos nos gastos com pessoal e custeio. O projeto do governo fala em manter essas despesas "sem crescimento real em 1991".

A austeridade proposta por Serra atingirá também



José Richa

as administrações dos estados e municípios. O relator manterá a proposta do presidente Fernando Collor de proibir a "rolagem" da dívida externa dos estados, municípios e suas empresas. "Não tem jeito", afirmou José Richa.

A rolagem da dívida, que vence ano que vem e alcança US\$ 2,4 bilhões, segundo cálculo do governo, deverá ser o ponto mais polêmico da votação da LDO no Congresso. O assunto mobilizou o maior número de emendas apresentadas ao projeto — as propostas variam de rolar apenas a metade da dívida até o financiamento integral. O

maior devedor é o Estado de São Paulo.

Também não será pacífica a aprovação de cortes de gastos com pessoal. O autor da proposta, José Serra, garante que as despesas podem ser cortadas sem demissões de funcionários públicos nem redução de salário. O relator pretende propor que qualquer contratação excepcional no ano que vem seja submetida ao Congresso Nacional.

Serra argumenta que não será difícil reduzir em 10% os gastos de custeio. "O gasto previsto de consumo do governo este ano foi o maior da história", informou. José Richa defende a descentralização da administração federal como a fórmula mais eficaz para cortar gastos. O relator sugere que o governo elimine órgãos de representação nos estados — as funções poderiam ser delegadas aos próprios estados através de convênio, explicou. "Já fiz isso quando era governador do Paraná", contou.

Transportes, energia e telecomunicações são setores que deverão contar com investimentos maiores em 1991, avalia o relator. A proposta é permitir que as estatais desses seto-

res tomem dinheiro emprestado acima dos limites previstos pelo projeto de lei do governo. As operações de crédito poderiam atingir a média atualizada dos empréstimos feitos entre 1985 e 1989 mais 10%. A diferença são os 10%.

Uma grande fonte de recursos para investimentos no ano que vem deverão ser os certificados de privatização, comprados compulsoriamente pelas instituições financeiras. A idéia do relator é destinar as receitas dos certificados exclusivamente para investimentos e resgate da dívida interna. Mais dinheiro para os investimentos também deverá vir da redução pela metade nos gastos com publicidade e a proibição de lotações para fundos de previdência privada, também propostas por Serra e Richa.

"Espero que o Congresso aprove o projeto", conta o relator José Richa. A primeira votação importante do projeto será na semana que vem na Comissão Mista de Orçamento. Tradicionalmente, o plenário do Congresso Nacional apenas ratifica a decisão da comissão. A LDO direciona as despesas e receitas do governo para o ano que vem.